

## Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Os direitos da personalidade e sua lesão.....	7
1.1. A personalidade jurídica em sentido formal e em sentido material .....	7
1.2. Definição e classificação dos direitos da personalidade .....	20
1.3. O conceito jurídico indeterminado do art. 12 do Código Civil e a cláusula geral de proteção da dignidade da pessoa humana do art. 1º, III, da CRFB/1988 .....	31
1.4. Personalidade, dignidade, vulnerabilidade e cidadania: visões contemporâneas .....	38
1.5. Os danos à pessoa humana: patrimonial, extrapatrimonial e estético.....	52
Capítulo 2 – As tutelas jurisdicionais dos direitos da personalidade.....	63
2.1. A tutela jurisdicional .....	63
2.2. Principais classificações da tutela jurisdicional e proposta de classificação da tutela dos direitos da personalidade .....	67
Capítulo 3 – As tutelas ressarcitórias-pecuniárias dos direitos da personalidade.....	83
3.1. As modalidades de tutela ressarcitória .....	84
3.2. A tutela ressarcitória-compensatória do dano extrapatrimonial .....	87
3.2.1. A insuficiência da tutela ressarcitória-compensatória .....	92

3.2.2. A tutela ressarcitória-compensatória na proteção da integridade psicossomática, moral e intelectual da pessoa humana .....	98
3.2.3. Os lesados indiretos e a tutela ressarcitória-compensatória do dano moral reflexo.....	119
3.2.4. Critérios para a identificação do dano extrapatrimonial e os “novos danos” .....	125
3.3. A tutela ressarcitória-indenizatória do dano patrimonial .....	131
Capítulo 4 – A tutela de exclusão do lucro da intervenção na proteção dos direitos da personalidade .....	143
4.1. Definição e finalidade da tutela de exclusão do lucro da intervenção .....	144
4.2. A vedação ao enriquecimento sem causa como fundamento da tutela de exclusão do lucro da intervenção .....	150
4.3. Os pressupostos da tutela de exclusão do lucro da intervenção .....	160
Capítulo 5 – As tutelas inibitória, de remoção do ilícito e restauratória dos direitos da personalidade .....	171
5.1. Generalidades sobre as tutelas inibitória, de remoção do ilícito e restauratória .....	172
5.2. A tutela inibitória e a tutela cessatória .....	176
5.2.1. A tutela inibitória como modalidade de tutela específica dos direitos da personalidade .....	180
5.2.2. As tutelas inibitória e cessatória na proteção dos direitos da personalidade.....	194

5.2.3. A tutela inibitória nos casos de colisão entre direitos da personalidade e liberdade de expressão.....	202
5.3. A tutela reintegratória ou de remoção do ilícito .....	208
5.3.1. Aspectos gerais .....	208
5.3.2. A tutela de remoção do ilícito no Marco Civil da Internet .....	213
5.4. A (des)necessidade de demonstração de dano e culpa para a concessão das tutelas inibitória e de remoção do ilícito .....	221
5.5. A tutela restauratória ou ressarcitória na forma específica.....	239
5.6. Tutela específica, resultado prático equivalente e tutela genérica (ou pelo equivalente em pecúnia) .....	251
5.7. A execução das tutelas inibitória, de remoção do ilícito e restauratória: as medidas executivas típicas e atípicas .....	259
5.8. O direito de resposta: tutela restauratória dos direitos da personalidade na Lei nº 13.188/2015.....	266
5.8.1. O direito de resposta como modalidade de tutela restauratória .....	266
5.8.2. O exercício do direito de resposta e a mitigação do princípio da inafastabilidade da jurisdição .....	272
5.8.3. Os requisitos da petição inicial .....	273
5.8.4. Da legitimidade ativa e passiva e da vedação ao litisconsórcio .....	276
5.8.5. A defesa .....	278
5.8.6. A antecipação de tutela e a sentença .....	279
5.8.7. Recorribilidade .....	284

Capítulo 6 – A primazia da tutela específica sobre a tutela pelo equivalente pecuniário na proteção dos direitos da personalidade .....	287
6.1. A demanda .....	288
6.2. A causa de pedir .....	294
6.3. O pedido .....	311
6.4. O regime jurídico de alteração dos elementos objetivos da demanda no Código de Processo Civil .....	315
6.5. A flexibilização do inciso II do art. 329 do Código de Processo Civil a partir da concretização das garantias fundamentais do processo .....	325
6.5.1. A alteração dos elementos objetivos da demanda entre a citação e o saneamento, independentemente do consentimento do réu .....	326
6.5.2. A alteração dos elementos objetivos da demanda após o saneamento. Os negócios jurídicos processuais .....	367
6.6. O princípio da congruência e a alteração do pedido.....	377
6.7. A primazia da tutela específica sobre a tutela pelo equivalente pecuniário .....	386
Conclusão.....	393
Referências .....	399